ReGeo ISSN: 2177-3246

INCLUIR PARA PERTENCER OU PERTENCER PARA INCLUIR? OS ENCONTROS DOS ESTUDOS CRÍTICOS DA DEFICIÊNCIA, DA INTERSECCIONALIDADE E DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA DEFICIÊNCIA

INCLUDE TO BELONG OR BELONG TO INCLUDE? THE INTERSECTION OF CRITICAL DISABILITY STUDIES, INTERSECTIONALITY, AND ORGANIZATIONAL DISABILITY STUDIES

¿INCLUIR PARA PERTENCER O PERTENCER PARA INCLUIR? LOS ENCUENTROS ENTRE LOS ESTUDIOS CRÍTICOS DE LA DISCAPACIDAD, LA INTERSECCIONALIDAD Y LOS ESTUDIOS ORGANIZACIONALES DE LA DISCAPACIDAD

https://doi.org/10.56238/revgeov17n8-173

Data de submissão: 19/07/2026 **Data de publicação:** 19/08/2026

Paula Pereira de Alvarenga
Doutoranda em Administração
Instituição: Universidade Federal de Lavras (UFLA)
E-mail: paulapereira@ufla.br

Marcela Barbosa Faria
Doutoranda em Administração
Instituição: Universidade Federal de Lavras (UFLA)
E-mail: marcela.faria@ufla.br

Fernanda de Aguiar Zanola
Pós-Doutoranda em Administração
Instituição: Universidade Federal de Lavras (UFLA)
E-mail: fernanda18az@gmail.com

Mônica Carvalho Alves Cappelle
Doutora em Administração
Instituição: Universidade Federal de Lavras (UFLA)
E-mail: edmo@ufla.br

Vânia Chaves de Figueiredo
Doutoranda em Administração
Instituição: Universidade Federal de Lavras (UFLA)
E-mail: vania.figueiredo@ufla.br

RESUMO
Este ensaio teórico busca compreender, no contexto das universidades públicas brasileiras, as contribuições e articulações entre os Estudos Críticos da Deficiência (ECD), a interseccionalidade e os Estudos Organizacionais da Deficiência (EOD) para a análise da inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. A partir de uma perspectiva crítica e interseccional, discutimos a deficiência como experiência corporal, social e política, atravessada por relações de poder e por marcadores como raça, gênero e classe. Em diálogo com os EOD, a universidade é compreendida como uma organização que, por meio de suas normas, culturas, práticas e políticas, pode tanto produzir

possibilidades de participação quanto reproduzir estruturas capacitistas. E como objetivo deste ensaio está o avanço na compreensão de como a universidade, enquanto organização complexa, pode reproduzir quanto tensionar as estruturas capacitistas, especialmente quando consideradas as intersecções entre deficiência, raça e gênero. Argumentamos que a inclusão formal, centrada na acessibilidade, no cumprimento legal e na ampliação quantitativa do acesso, é insuficiente para a transformação das culturas organizacionais. Nesse sentido, o pertencimento é compreendido como uma construção político-relacional, co-produzido por condições materiais e simbólicas que reconhecem e legitimam as diferenças. Concluímos que a articulação entre ECD, interseccionalidade e EOD possibilita deslocar a análise da deficiência de uma perspectiva individual para uma compreensão organizacional e estrutural do capacitismo, contribuindo para repensar as políticas de acesso e permanência e para a construção de universidades efetivamente inclusivas e anticapacitistas.

Palavras-chave: Estudos Críticos da Deficiência. Interseccionalidade. Estudos Organizacionais da Deficiência. Ensino Superior. Capacitismo.

ABSTRACT
This theoretical essay seeks to understand, in the context of Brazilian public universities, the contributions and articulations between Critical Disability Studies (CDS), intersectionality and Organizational Disability Studies (ODS) for analyzing the inclusion of students with disabilities in higher education. From a critical and intersectional perspective, we discuss disability as a bodily, social and political experience, traversed by power relations and by markers such as race, gender and class. In dialogue with ODS, the university is understood as an organization that, through its norms, cultures, practices and policies, can both produce possibilities for participation and reproduce ableist structures. The objective of this essay is to advance understanding of how the university, as a complex organization, can both reproduce and challenge ableist structures, especially when the intersections between disability, race and gender are considered. We argue that formal inclusion, centered on accessibility, legal compliance and quantitative expansion of access, is insufficient for the transformation of organizational cultures. In this sense, belonging is understood as a political-relational construction, co-produced by material and symbolic conditions that recognize and legitimize differences. We conclude that the articulation between CDS, intersectionality and ODS enables shifting the analysis of disability from an individual perspective to an organizational and structural understanding of ableism, contributing to rethinking policies of access and permanence and to the construction of truly inclusive and anti-ableist universities.

Keywords: Critical Disability Studies. Intersectionality. Organizational Disability Studies. Higher Education. Ableism.

RESUMEN
Este ensayo teórico busca comprender, en el contexto de las universidades públicas brasileñas, las contribuciones y articulaciones entre los Estudios Críticos de la Discapacidad (ECD), la interseccionalidad y los Estudios Organizacionales de la Discapacidad (EOD) para el análisis de la inclusión de estudiantes con discapacidad en la educación superior. Desde una perspectiva crítica e interseccional, discutimos la discapacidad como experiencia corporal, social y política, atravesada por relaciones de poder y por marcadores como raza, género y clase. En diálogo con los EOD, la universidad se entiende como una organización que, a través de sus normas, culturas, prácticas y políticas, puede tanto producir posibilidades de participación como reproducir estructuras capacitistas. Y como objetivo de este ensayo está el avance en la comprensión de cómo la universidad, como organización compleja, puede reproducir y tensar las estructuras capacitistas, especialmente cuando se consideran las intersecciones entre discapacidad, raza y género. Argumentamos que la inclusión

formal, centrada en la accesibilidad, en el cumplimiento legal y en la ampliación cuantitativa del acceso, es insuficiente para la transformación de las culturas organizacionales. En este sentido, la pertenencia se entiende como una construcción político-relacional, co-producida por condiciones materiales y simbólicas que reconocen y legitiman las diferencias. Concluimos que la articulación entre ECD, interseccionalidad y EOD permite desplazar el análisis de la discapacidad de una perspectiva individual a una comprensión organizacional y estructural del capacitismo, contribuyendo a repensar las políticas de acceso y permanencia y a la construcción de universidades efectivamente inclusivas y anticapacitistas.

Palabras clave: Estudios Críticos de la Discapacidad. Interseccionalidad. Estudios Organizacionales de la Discapacidad. Educación Superior. Capacitismo.

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio teórico busca compreender a partir do contexto das universidades públicas brasileiras a articulação teórica entre os estudos críticos da deficiência (ECD), a interseccionalidade e os estudos organizacionais da deficiência (EOD). Esse cenário é marcado por mudanças profundas em relação a sua representatividade, principalmente, após o advento da política de cotas, quando as Instituições Federais de Ensino Superior/IFES passaram a conviver com um público mais diverso e plural. Isto em razão do histórico de ocupação de vagas majoritariamente por estudantes advindos das classes privilegiadas, uma elite branca (Alvarenga; Joaquim; Cunha, 2022).

Tal mudança no perfil estudantil das IFES também é confirmada por meio das pesquisas realizadas pelos órgãos governamentais e de representações coletivas como o Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis/FONAPRACE (Andifes, 2017), principalmente, após o advento do Sistema de Seleção Unificada – SISU, regulamentado pela Lei nº 12.711/2012. Tal alteração fez com que as instituições passassem a conviver com o aumento substancial de um público estudantil com deficiência, negros e indígena oriundos de escolas públicas e com renda *per capita* familiar inferior a 1,5 salários mínimos (até 2023) e mais recentemente, inferior a 1,0 salário mínimo.

Os dados da Sinopse Estatística do Ensino Superior de 2024 (Inep, 2025) evidenciam que, embora as políticas de reserva de vagas tenham ampliado o acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior, persistem desigualdades significativas relacionadas ao pertencimento étnico-racial e ao gênero. Entre os estudantes com deficiência ingressantes pelas ações afirmativas, observa-se proporcionalmente maior presença de pessoas do sexo masculino autodeclaradas brancas em comparação às pessoas negras do sexo feminino. Portanto, torna-se fundamental compreender como a universidade, por meio do acesso e da permanência, tem respondido às desigualdades interseccionais que atravessam estudantes com deficiência, bem como analisar os impactos desses atravessamentos em sua vivência na universidade.

Partimos do pressuposto de que a ampliação do acesso ao ensino superior não é suficiente para garantir experiências efetivas de inclusão, pertencimento e justiça social. Assim, o objetivo deste ensaio teórico é avançar na compreensão de como a universidade, enquanto organização complexa, pode tanto reproduzir quanto tensionar estruturas capacitistas, especialmente quando consideradas as intersecções entre deficiência, raça, classe e gênero.

E para poder vislumbrar possíveis caminhos para responder essas questões, os ECD, a lente analítica interseccional e os EOD, de forma articulada, apresentam suas contribuições. Enquanto o primeiro problematiza sobre como a concepção da deficiência na história, se restringiu à funcionalidade do corpo diante das exigências construídas e reproduzidas pelo sistema capitalista como

ideais à (re) produção, a lente interseccional proporciona o entendimento de que a deficiência também é atravessada pelo pertencimento racial, pelo gênero e pela classe de forma interconectada (Mello; Nuernberg, 2012; Gesser, Block; Mello, 2020; Collins, 2022).

Essas viradas na concepção da deficiência enquanto uma experiência que também é perpassada por sistemas de opressão entrecruzados, traz o amparo necessário para se refletir também sobre como o capacitismo[1] tem produzido e reproduzido sistemas de opressão que colocam as pessoas com deficiência como indivíduos não produtivos, não usuais à corponormatividade, que naturaliza e coloca a desigualdade das relações sociais como inevitável. Assim, a interconexão entre a capacidade corporal, heterossexualidade, eficiência e produtivismo torna-se um ideal disciplinado que serve de padrão para medir e excluir corpos e modos de existência diferentes (McRuer, 2024).

Neste interim, os estudos organizacionais da deficiência (EOD) se mostram igualmente substanciais enquanto amparo teórico uma vez que emergem no cenário acadêmico confrontando a histórica invisibilidade estrutural das pessoas com deficiência junto às organizações. Portanto, este campo oferece um potencial transformador significativo na compreensão dos estudos da deficiência, principalmente, ao se pensar nas pesquisas em Administração (Martins *et al.*, 2012).

E, para o desenvolvimento deste estudo, consideramos elementar a aproximação dos EOD em uma perspectiva crítica e emancipatória, justamente por este campo questionar a cultura organizacional enraizada nos pressupostos produtivos e de independência dos sujeitos para uma melhor performance em favor do capital. A interdisciplinaridade dos estudos organizacionais e a abertura para investigações nas organizações educacionais podem reverberar em uma produção científica que abarque a permanência enquanto pilar indissociável do tripé pesquisa, ensino e extensão nas universidades públicas brasileiras.

A escolha pela articulação teórica desses três campos do conhecimento (ECD, interseccionalidade e EOD) tem o objetivo de demonstrar o capacitismo institucional enquanto uma expressão estrutural das relações de poder que organizam a universidade e influenciam as condições de acesso, permanência e pertencimento de estudantes com deficiência. A seguir apresentamos as discussões teóricas sobre as viradas dos estudos críticos da deficiência por meio das contribuições das teorias feministas, da lente interseccional e dos estudos organizacionais da deficiência, organizados na sessão 2. Já na seção 3, as discussões continuam em relação aos encontros e desencontros dessas articulações teóricas para que a universidade possa ou não ser inclusiva e anticapacitista. Já nas

[1] Entendido como sistema de opressão que exige um padrão corporal normativo, isto é, branco, hétero e altamente produtivo segundo as exigências do capitalismo. Portanto, corpos que fogem a esse ideal corponormativo e heteronormativo são considerados disfuncionais e patológicos. Geralmente, as pessoas com deficiência encontram-se distantes deste padrão, bem como, as pessoas transsexuais, negros, dentre outros.

considerações finais buscamos demonstrar como este debate é substancial no contexto universitário e como este estudo pode contribuir com discussões futuras.

2 DA CORREÇÃO À VIVÊNCIA POLÍTICA-RELACIONAL E TRANSFORMADORA: AS CONCEPÇÕES DA DEFICIÊNCIA E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA SOCIAL

A compreensão da deficiência foi historicamente marcada por diferentes modelos teóricos que continuam produzindo efeitos nas práticas sociais, institucionais e nas políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência (Gesser, 2024). O modelo religioso ou caritativo-assistencial, predominante na Idade Média, associava a deficiência à incapacidade, à tragédia pessoal e à piedade, legitimando práticas de institucionalização e assistência (Lanna Júnior, 2010). Posteriormente, o modelo médico ou biomédico deslocou a explicação para o campo científico, compreendendo a deficiência como patologia ou desvio individual a ser tratado e corrigido. Embora tenha representado um avanço em relação às interpretações religiosas, manteve a centralidade da lesão e reforçou a objetificação das pessoas com deficiência, concebidas como alvo de intervenções especializadas (Diniz, 2007; Mello, 2009; Mello, Nuernberg e Block, 2014; Gesser, 2024).

Em contraposição a essa perspectiva, o modelo social da deficiência emergiu a partir do ativismo de pessoas com deficiência, especialmente com a atuação da União dos Lesados Físicos Contra a Segregação (UPIAS), inspirada no materialismo histórico e nas contribuições de autores como Paul Hunt, Vic Finkelstein e Paul Abberley (Diniz, 2007). Esse modelo rompeu com a ideia de que a exclusão decorre da lesão em si, defendendo que a deficiência resulta da organização social, econômica e política que impõe barreiras à participação social (Barnes, 2012). Assim, a deficiência passou a ser compreendida como uma experiência de opressão produzida por estruturas sociais excludentes, deslocando o foco da correção dos corpos para a transformação dos ambientes e das relações sociais (Barnes, 2012; Diniz, 2007; Gesser, 2024).

Posteriormente, o modelo biopsicossocial, consolidado por meio da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), proposta pela Organização Mundial da Saúde, buscou articular elementos dos modelos médico e social, considerando simultaneamente os impedimentos corporais e os fatores ambientais que influenciam a participação social (Mello, Nuernberg e Block, 2014). Embora tenha contribuído para ampliar a compreensão da deficiência para além da doença e da lesão, esse modelo é criticado por não contemplar plenamente as dimensões sociopolíticas e as experiências concretas das pessoas com deficiência, mantendo limitações na análise das desigualdades estruturais que produzem exclusão (Barnes, 2012; Diniz, 2007).

As contribuições das teorias feministas promoveram uma importante inflexão nos estudos da deficiência ao questionarem a centralidade da independência, a separação rígida entre lesão e deficiência e a insuficiência das barreiras como única explicação para as desigualdades vivenciadas pelas pessoas com deficiência (Diniz, 2007; Mello, Nuernberg e Block, 2014). A partir das experiências de mulheres com deficiência, cuidadoras e mães, autoras como Kafer (2013), Kittay (2011) e Garland-Thomson (2002), foram introduzidas categorias como cuidado, interdependência e experiência encarnada, demonstrando que a deficiência é atravessada por marcadores sociais como gênero, raça e classe. Nessa perspectiva, a luta por igualdade não se restringe à remoção de barreiras, mas envolve também o reconhecimento das relações de cuidado, das vulnerabilidades compartilhadas e das diferenças, inerentes às experiências humanas (Gesser, 2024).

Portanto, a perspectiva epistemológica feminista é percebida nas reflexões e viradas conceituais trazidas pelo modelo social da segunda geração, que ao entenderem a deficiência enquanto uma forma de opressão social, mas precipuamente uma experiência de vida em que sua dimensão corporal também produz uma forma de identidade política e social. É neste ponto que a virada feminista na concepção da deficiência aconteceu: ao criticarem o binarismo, lesão versus deficiência, autoras feministas, como Kafer (2013), defendem que a experiência ser deficiente não se dá somente por meio da obstaculização (e pelo enfrentamento) das barreiras, mas sobretudo pelas potencialidades que essa vivência também propicia.

Ou seja, enquanto uma forma de ser diferente, como ocorre com as identidades de gênero e raça, a deficiência passa a ser vista não como algo a ser corrigida, adaptada e escondida, mas assumida politicamente. Esse movimento culmina no modelo político-relacional da deficiência, influenciado pelos estudos feministas, queer e crip, que compreende a deficiência como uma experiência simultaneamente corporal, social e política (Kafer, 2013; McRuer, 2006; Gesser, 2026). Ao criticar binarismos como normal/anormal e deficiência/não deficiência, essa abordagem desloca a atenção para os regimes normativos que produzem exclusões e hierarquizam corpos e modos de existência (Kafer, 2013; McRuer, 2024).

A partir destas contribuições, entendemos a necessária incorporação da interseccionalidade como um construto essencial para o entendimento da forma como os sistemas de opressão, incluindo capacitismo, racismo, sexismo e desigualdades de classe repercutem na vivência das pessoas com deficiência. Esta lente analítica, portanto, além de permitir a compreensão sobre as repercussões dos atravessamentos do racismo, sexismo, capacitismo e classicismo interconectados na vivência de sujeitos subalternizados, também pode viabilizar a transformação de contextos, políticas e instituições por meio da justiça social (McCall, 2013; Collins, 2022).

2.1 A VIRADA DOS ECD POR MEIO DA LENTE ANALÍTICA INTERSECCIONAL

Neste ensaio teórico, iniciamos as reflexões sobre a interseccionalidade fazendo uma justiça epistêmica considerada essencial para o seu devido entendimento e práxis: deixar bem posicionada a sua genealogia imbrincada ao feminismo negro. Esse posicionamento epistemológico interseccional é fundamental não meramente para fins de uma demarcação temporal, linear e geolocalizada (privilegiada), como usualmente fazem as tradições eurocentradas ao narrar a historicidade de campos do conhecimento que emergem de tempos em tempos. Mas sobretudo para demonstrar como o conhecimento situado gera transformações epistêmicas que impactam na forma como o mundo social é entendido e vivenciado.

Enquanto ferramenta analítica, este campo de estudos emerge no interior do feminismo negro como uma crítica à universalização das experiências femininas promovida pelo feminismo branco e eurocêntrico, que historicamente invisibilizou as vivências de mulheres negras e de outros grupos minorizados (Carneiro, 2024; González, 2024; Hollanda, 2024).

A interseccionalidade ao tentar desconstruir padrões, articula conhecimento e práxis ao defender que a produção teórica deve estar comprometida com a transformação social e institucional (Bilge, 2019; Collins, 2022). Seu potencial crítico reside justamente na capacidade de identificar como diferentes regimes de poder se reforçam mutuamente e de produzir análises voltadas ao enfrentamento das desigualdades (Collins, 2022). E é justamente essa forma de construir conhecimento a partir das experiências e do pertencimento que gera um potencial de transformação, até então, ofuscado pela tradição funcionalista de produzir ciência (Collins e Bilge, 2021). Daí a relevância dos conhecimentos situados para a interseccionalidade, que considera todo conhecimento como localizado, corporificado e atravessado por relações de poder (Haraway, 1995).

A interseccionalidade, quando abordada como uma práxis crítica, exige a aplicação do conhecimento adquirido por meio do engajamento experiencial para informar ações subsequentes em contextos cotidianos (Haraway, 1995;Collins, 2022). No cerne da práxis interseccional está a solução de problemas, em que os desafios multifacetados gerados pela dinâmica de poder interseccional são passíveis de *insights* cultivados por meio da práxis (Bilge, 2019).

Essa estrutura conceitual reconhece a interdependência entre cognição e ação, desafiando as distinções binárias que posicionam a investigação acadêmica apenas como um repositório de teorias e estruturas, ao mesmo tempo em que relega os profissionais ao domínio da aplicação em contextos tangíveis ou questões do mundo real (Collins, 2022; Bilge, 2019). O conhecimento derivado da práxis postula que teoria e prática estão inextricavelmente ligadas (Collins e Bilge, 2021) e a

interseccionalidade só é potente na pesquisa quando mantém sua conexão com a mudança social e institucional (Bilge, 2019).

A relevância dessa perspectiva para os estudos críticos da deficiência reside justamente em sua capacidade de evidenciar que o capacitismo não opera isoladamente, mas em interação com outros sistemas de opressão, como racismo, sexismo, classismo e etarismo (Collins, 2022; Bilge, 2019). Ao analisar as desigualdades de forma relacional, a interseccionalidade permite compreender como diferentes marcadores sociais produzem experiências distintas de exclusão e vulnerabilidade, tornando visíveis sujeitos e vivências frequentemente negligenciados pelas análises universalizantes. Nesse sentido, a deficiência deixa de ser compreendida como uma categoria homogênea, passando a ser analisada a partir dos múltiplos atravessamentos que constituem as experiências concretas das pessoas com deficiência (Erevelles, 2011; Gesser; Block; Mello, 2020).

2.2 OS EOD: SUAS POTENCIALIDADES E LIMITES PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR INCLUSIVA E ANTICAPACITISTA

A partir desse arcabouço teórico inicial, buscamos caracterizar as universidades como organizações complexas, constituídas por estruturas formais e informais, normas, culturas, práticas e relações de poder que organizam a vida institucional e produzem efeitos concretos sobre os sujeitos que delas participam.

Os EOD situam-se no cenário acadêmico confrontando a histórica invisibilidade estrutural das pessoas com deficiência nas organizações, (Botelho, 2022; Carvalho-Freitas; Marques, 2010; Moreira *et al*.2011), neste sentido, as discussões sobre a forma como a sociedade compreende a deficiência emergiram sob às contribuições do modelo social da deficiência (Sassaki, 2003, 2007, 2024; Martins; Fontes; Hespanha, 2012; Nepomuceno; Assis; Carvalho-Freitas, 2020; Prado, 2022).

A utilização das Sete Dimensões da Acessibilidade é considerada uma forma prática de auxiliar os diferentes atores sociais nas organizações a identificarem as possíveis barreiras existentes que impedem a inclusão das pessoas com deficiência nesses ambientes. Foi neste sentido que o autor incorporou o método do “Emprego Apoiado” às dimensões da acessibilidade como um modelo que rompe parcialmente com perspectivas assistencialistas e integracionistas, pois desloca a mera adaptação do sujeito para a transformação das condições organizacionais e sociais do trabalho (Sassaki, 2024).

Sobre as concepções de deficiência em situações de trabalho, Carvalho-Freitas (2007) traz a articulação dos modelos de compreensão da deficiência (já tratados no primeiro capítulo do referencial teórico) para identificar como os gestores e colegas percebem a deficiência. Assim, ao descrever as

matrizes de interpretação, a autora destaca que todas as concepções historicamente construídas sobre a deficiência encontram-se imersas nas organizações. Porém, destaca a técnica como matriz de interpretação dominante, uma vez que desloca a diversidade como problema social para se transformar em um problema técnico a ser gerenciado como um recurso dentro das organizações de trabalho (gestão).

O contexto da criação das leis que garantem o direito de pessoas com deficiência ao trabalho são exemplos de como as matrizes de interpretação influenciaram o arcabouço normativo brasileiro para fazer valer alguns dos direitos das pessoas com deficiência ao trabalho (Carvalho-Freitas, 2007; Tanaka; Manzini, 2005). São exemplos, a Lei nº 8112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o acesso de pessoas com deficiência ao trabalho por meio de concurso público, definindo um percentual mínimo de 20% das vagas, e a Lei 8213, de 24 de julho de 1991, que define as cotas mínimas de 2 a 5% das vagas para pessoas com deficiência em empresas com mais de 100 funcionários (Tanaka;Manzini, 2005).

Apesar dos avanços que o amparo normativo conferem às pessoas com deficiência em relação à sua inserção no mercado de trabalho, esta tem se dado mais no sentido da imposição legal do que no reconhecimento da necessária inserção e contribuição que este público traz ao ambiente laboral. Neste sentido, os limites apontam para uma tensão crítica: a visão idealizada da inclusão (baseada na ética da equidade, diversidade e igualdade, estudos interseccionais e críticos da deficiência) confronta a realidade de uma inclusão frequentemente forçada e utilitarista, permeada por concepções que reforçam modelo religioso e médico (Magnobosco; Souza, 2019; Carvalho-Freitas; Marques, 2010; Martins *et al.*, 2012).

É o que apontam também os estudos de Moreira *et al*. (2015) sobre como as empresas reconhecem uma inclusão forçada, devido à lei, mas não aceitam realmente fazer valer a inclusão das diferenças. Neste contexto, há a ocorrência de uma troca danosa pelas pessoas com deficiência empregadas que desconsideram seus direitos em detrimento do "favor" da empresa em contratá-las. Em outras palavras, a ocorrência do utilitarismo cínico está associada aos ganhos secundários da empresa em relação a sua imagem corporativa inclusiva de organização (Moreira *et al.*, 2015). E para enfrentar tal problemática, Sassaki (2024) imerso nas premissas do modelo social da deficiência (primeira geração), apontou a necessária incorporação uma cultura organizacional nos ambientes laborais que reconheçam o suporte não como tutela, mas precipuamente como mediação para viabilizar autonomia, participação e reconhecimento profissional.

Porém, ainda era preciso ir além do reconhecimento e implantação dos suportes de acessibilidade para que as organizações consigam de fato incluir as pessoas com deficiência. Por isso,

a partir destas reflexões sobre a diversidade e identidade nas organizações, é necessário analisar as relações de poder e a percepção de funcionários sobre a inclusão, muitas vezes vista como caridade em vez de direito, o que gera situações de desvalorização profissional (Moreira *et al.,* 2015).

Corroborando com as reflexões sobre os limites que envolvem a inclusão de pessoas com deficiência nas organizações, Ferreira (2010) destaca a incorporação da perspectiva histórica e da contextualização nas teorias e práticas organizacionais para combater as ideias do universalismo homogeneizador e do presentismo. O autor propõe uma guinada histórica nos estudos organizacionais brasileiros para entender as singularidades da gestão nacional a partir de suas raízes (como o patrimonialismo e a herança rural).

É neste sentido que uma outra transformação epistemológica em relação à compreensão sobre a inclusão da deficiência nos estudos organizacionais traz contribuições elementares ao se pensar nesta possível limitação dos estudos organizacionais que focam nas perspectivas gerenciais e instrumentais da inclusão (Carvalho Carvalho-Freitas; Marques, 2010; Martins *et al.*, 2012; Zanola, 2024). Assim, os estudos feministas da deficiência e dos estudos críticos da deficiência, como já apontado, incorporam a necessária consideração dos marcadores sociais da diferença, que de forma interseccional, atuam na composição das barreiras que limitam a plena participação na sociedade (Gesser, Nuernberg, Toneli, 2012).

A partir de autoras como Garland-Thomson, (2002), Haraway (1995) e Kafer (2013) fica evidente que a mera remoção das barreiras não são suficientes para a necessária transformação da cultura capacitista que tanto impacta e afasta a materialização da inclusão, seja no trabalho, nas escolas e nas universidades. A concepção de que é necessário romper com as barreiras e não somente removê-las (Kafer, 2013, McRuer, 2024), parte do pressuposto de que somente assim se efetivará uma mudança estrutural, que não deixe fissuras que de tempos em tempos e de organizações em organizações teimam em retornar, sendo removidas e depois (re) colocadas nos seus devidos lugares: o do padrão normativo. Entendo que aqui está a principal contribuição dos estudos críticos da deficiência aos estudos organizacionais da deficiência.

E corroborando com tal assertiva, Zanola (2024) problematiza que a inclusão formal, frequentemente limitada ao cumprimento de normas, legislações ou discursos de igualdade, torna-se insuficiente para viabilizar, por exemplo, a equidade real para mulheres negras, chamada de inclusão substantiva. Assim, as práticas organizacionais deveriam se afastar das estruturas de poder que limitam a transformação institucional, porém, o que se vê é o descompasso histórico entre as leis de igualdade e a disparidade vivenciada na prática cotidiana (Zanola, 2024).

As razões desta persistência de uma inclusão utilitarista (Carvalho-Freitas; Marques, 2010) e exclusa/formal (Zanola, 2024) se deve à concepção de que o parâmetro de produtividade dos indivíduos é direcionado a um padrão "universal" do homem, branco e heterossexual), o que torna invisível e até adjeta experiências de mulheres, negras, deficientes e pessoas da população LGBTQIA+ (McRuer, 2024, Zanola, 2024).

As contribuições de Romeu Sassaki (2002, 2003, 2007, 2009) para os EOD, por exemplo, se referem à forma de demonstrar como a sociedade e as organizações devem agir para promover ambientes inclusivos de forma didática e organizada. Além disso, o autor corrobora com a necessária reflexão paradigmática sobre a inclusão, bem como, pelo uso terminológico atribuído às pessoas com deficiência ao longo da história e da prática dos direitos das pessoas com deficiência. Ou seja, ao abordar as diferenças entre integração e inclusão na inserção social das pessoas com deficiência, ele demonstra que o esforço da própria pessoa para se adaptar aos ambientes habitados (integração), deve ser substituído pelo entendimento de que é a própria sociedade que deve modificar suas estruturas, removendo as barreiras (Sassaki, 2002, 2007) para que de fato estes sujeitos se sintam incluídos.

Portanto, como já destacado anteriormente, as viradas dos estudos feministas trouxeram à compreensão da deficiência propiciaram interrogar criticamente a noção de normalidade como uma construção que se infiltra em todas as aspectos da sociedade, abrangendo as metodologias empregadas para identificar, categorizar e classificar indivíduos dentro do continuum de práticas culturais cotidianas que estão inextricavelmente ligadas (Connor; Valle, 2024). Ou seja, até a forma como nomeamos os públicos estereotipados (Diniz, 2007) diz muito sobre como os reconhecemos como seres pertencentes ou não da sociedade.

Conforme Nepomuceno, Assis e Carvalho-Freitas (2020), a premissa das terminologias como uma mudança epistemológica envolve uma transformação tanto da forma como se compreende a experiência ser pessoa com deficiência, quanto das estratégias para sua inclusão e acessibilidade. A premissa do paradigma da inclusão, portanto, se refere à determinação de que os mais diversos ambientes devem ser adequados à diversidade humana e a ampliação da compreensão da acessibilidade para além das dimensões arquitetônicas foi considerada essencial para que os estudos organizacionais

incorporassem, por exemplo, as dimensões[2] comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal e natural no seu rol de estudos, principalmente, nos ambientes de trabalho, escolas e vida familiar (Sassaki, 2024).

Os EOD, ao adotarem o modelo social, interseccional e emancipatório, possuem o potencial de serem uma força transformadora no campo da administração, questionando os pilares normativos de produtividade e autonomia que estruturam o trabalho contemporâneo (Zanola, 2024). Portanto, a contribuição do campo reside na sua capacidade de redefinir o objeto de estudo e, consequentemente, reestruturar as agendas de pesquisa e as práticas organizacionais por meio dos estudos críticos da organizacionais, que buscam deslocar a centralidade às teorias euro-americanas para as epistemologias nacionais, conforme preconizado por Paes de Paula (2015) sobre os estudos organizacionais críticos.

Em relação aos seus limites, ficou evidente a necessidade de superar as concepções e estratégias meramente instrumentais, da mera remoção de barreiras, e formais (aplicação da força da lei como suficientes para a efetivação da inclusão) para a transformação das culturas organizacionais.

Além disso, refletir sobre como a inclusão de pessoas com deficiência ocorre também nas universidades implica reconhecer que o ensino superior não constitui um espaço neutro ou apartado das dinâmicas organizacionais anteriormente discutidas. Enquanto organização social, a universidade também produz normas, culturas institucionais, práticas de gestão e mecanismos de reconhecimento que podem tanto ampliar quanto restringir as possibilidades de acesso, permanência e participação de estudantes com deficiência.

É neste contexto que vislumbramos a necessidade de aproximar criticamente os estudos organizacionais das discussões sobre educação superior inclusiva, especialmente para compreender como o capacitismo institucional repercute no cotidiano acadêmico dos estudantes com deficiência.

[2] Sasaki (2024) considera as sete dimensões da acessibilidade como: 1) Acessibilidade arquitetônica: refere-se à eliminação de barreiras físicas nos espaços urbanos, institucionais e edificações, garantindo circulação, uso e permanência com autonomia. 2) Acessibilidade comunicacional: envolve a supressão de barreiras na comunicação interpessoal, escrita, digital e midiática, incluindo recursos como Libras, audiodescrição, legendas e tecnologias assistivas comunicacionais. 3) Acessibilidade metodológica: relaciona-se às formas de ensino, aprendizagem, trabalho e avaliação, demandando adaptação de métodos, estratégias pedagógicas e práticas organizacionais para contemplar diferentes modos de participação. 4) Acessibilidade instrumental: diz respeito aos instrumentos, ferramentas, equipamentos e tecnologias utilizados nas atividades cotidianas, acadêmicas ou laborais, garantindo seu uso por diferentes sujeitos. 5) Acessibilidade programática: refere-se às políticas, normas, regulamentos e programas institucionais que podem produzir exclusões quando elaborados sem considerar a diversidade humana. 6) Acessibilidade atitudinal: compreende a superação de preconceitos, estigmas, discriminações e práticas capacitistas que limitam a participação social das pessoas com deficiência. 7) Acessibilidade natural: dimensão posteriormente incorporada pelo autor, relacionada às condições ambientais e ecológicas que influenciam a qualidade de vida e o acesso das pessoas aos espaços e recursos sociais.

3 UMA BUSCA PELOS ENCONTROS E DESENCONTROS DOS EOD E DO ENSINO SUPERIOR INCLUSIVO E ANTICAPACITISTA

Esta seção busca gerar contribuições ao campo da administração, já que desloca a universidade do lugar tradicionalmente ocupado nos estudos educacionais atrelados às estratégias do mercado, para compreendê-la como organização permeada de relações desiguais de poder (Zanola, 2024). Por conseguinte, os EOD oferecem subsídios teóricos e críticos fundamentais para compreender que a inclusão não pode ser reduzida à acessibilidade técnica, ao cumprimento legal ou à ampliação quantitativa do acesso. Quando articulados às discussões sobre educação superior inclusiva e anticapacitista, tornam possível analisar a universidade enquanto organização que produz simultaneamente inclusão e exclusão. Tal interconexão amplia o escopo dos EOD ao deslocar o foco exclusivo do mercado de trabalho para os processos organizacionais de formação, socialização e produção de subjetividades no interior das universidades.

Assim, enquanto organização, a universidade também produz normas, estabelece critérios de produtividade, legitima determinadas corporalidades e temporalidades e define quem pertence e quem apenas acessa formalmente este espaço institucional (Dolmage, 2017; McRuer, 2024; Pagni, 2025). Para Price (2024), o acesso, tal como é interpretado e implementado no contexto universitário contemporâneo, na verdade intensifica a desigualdade em vez de enfrentá-la. E isso ocorre devido à estrutura do espaço-tempo deficiente (teoria do espaço-tempo *Crip*) que fundamentalmente postula que enquadrar a deficiência e o acesso através das lentes dos corpos individuais e das acomodações não apenas explica inadequadamente suas complexidades, como também serve para obstruir os caminhos para a inclusão (Price, 2024).

Essa perspectiva teórica, segundo Price (2024) subverte o foco dos corpos individuais com deficiência e da fixação predominante em acomodá-los, redirecionando a atenção para relacionamentos, sistemas, objetos e discursos. É neste sentido que cabe também questionar o uso da terminologia educação inclusiva no cotidiano das organizações educacionais, à medida que este não incorre necessariamente em práticas que enfrentam e deslocam o discurso capacitista.

Um exemplo é a cooptação deste termo pelo neoliberalismo, ao reforçar as exclusões e desigualdades nos espaços universitários (McRuer, 2024), exigindo que estudantes com deficiência, por exemplo, se adequem às normativas e práticas pedagógicas fundadas nas premissas corponormativas (Rosa, 2025; Price, 2024). Portanto, basta o "selo" da inclusão para que o marketing institucional se estabeleça e os recursos financeiros governamentais cheguem[3]. Mas esse "acesso"

[3] O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) do Ministério da Educação/MEC pode ser visto como um exemplo paradoxal. Conforme os Decretos 5296/2004 e nº 5626/2005, o programa tem como principal objetivo fomentar

(nem sempre) inclusivo, não garante o pertencimento e não elimina as relações de poder. Aqui, fica claro quando o capacitismo ultrapassa o preconceito individual para uma racionalidade organizacional (Campbell, 2009; Gesser, Block; Mello, 2020; Pagni, 2025).

O pertencimento assume protagonismo ao se pensar em uma universidade inclusiva e anticapacitista. Considerando o senso de pertencimento como uma alternativa mais inclusiva aos modelos tradicionais de sucesso estudantil e, portanto, como uma identificação e filiação psicológica com a comunidade do campus, as autoras Hurtado e Carter (1997) problematizam o pertencimento em contraste com o modelo de integração acadêmica e social de Vicent Tinto. As críticas se direcionam ao imperativo da assimilação homogênea, que exige o distanciamento das matrizes identitárias do sujeito para que ele "caiba" na cultura acadêmica dominante, e propõem, em contrapartida, a noção de "filiação" (*membership*), onde o pertencimento se viabiliza pelo trânsito legítimo por múltiplos mundos culturais (Hurtado; Carter, 1997).

Sob essa ótica, Johnson (2026) corrobora ao refletir sobre como o pertencimento é consubstanciado de forma desigual no lócus acadêmico. Partindo de uma análise interseccional, entendida como uma ferramenta heurística e analítica, o autor construiu o Modelo Ecológico Interseccional de Pertencimento (MIEP) para superar as lacunas nas pesquisas que focam excessivamente no nível individual para se pensar no pertencimento acadêmico. Tal modelo tem como objetivo principal analisar como sistemas de poder, identidade e design institucional co-constroem o pertencimento (Johnson, 2026).

Portanto, em diálogo com Johnson (2026) e Hurtado e Carter (1997), consideramos que o direito de sentir-se parte da comunidade universitária deixa de ser uma responsabilidade exclusiva do estudante e passa a depender de fatores estruturais: ele é diretamente atravessado por relações raciais e capacitistas hostis ou pela invisibilidade cultural das marginalizados, e, por outro lado, é fortalecido por formas plurais de envolvimento comunitário e periférico. Assim, o pertencimento emerge como o resultado de uma validação institucional que reconhece e legitima as diferenças, em vez de tentar neutralizá-las (Hurtado; Carter, 1997).

a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (BRASIL, 2004,2005). Desde 2005, o programa lança editais com a finalidade de apoiar projetos de criação ou reestruturação desses núcleos nas Ifes. Os núcleos melhoram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas. São recebidas propostas de universidades do Brasil inteiro, mas somente as que atendem às exigências do programa são selecionadas para receber o apoio financeiro do MEC (BRASIL, 2004, 2005). Portanto, apesar de seu caráter histórico, como uma das primeiras políticas de apoio às PCDs no ensino superior público, este programa também pode reforçar o caráter segregador da política ao incorporar nos núcleos de acessibilidade a responsabilidade única e exclusiva da viabilização da inclusão. O que é limitante ao se pensar nas práticas inclusivas como transversais à todas as unidades gestoras das IFES.

Fica perceptível que as organizações podem operar mecanismos sofisticados de inclusão formal e exclusão substantiva simultaneamente (Zanola, 2024; Pagni, 2025), ao constar nos dados estatísticos, por exemplo, a quantidade crescente de pessoas com deficiência ingressando na instituição escolar ao mesmo tempo em que não garante programas de permanência que considerem as experiências interconectadas (classe, raça, gênero e deficiência) para fazer jus aos auxílios de assistência estudantil e às bolsas de pesquisa mais requisitadas. Estes exemplos podem ser considerados práticas organizacionais que colocam em risco o sentimento de pertencimento dos estudantes na universidade e consequentemente a sua inclusão sob a perspectiva anticapacitista.

A tensão entre inclusão e pertencimento evidencia os próprios limites das racionalidades organizacionais, atreladas ao neoliberalismo, que atravessam o ensino superior contemporâneo. Afinal, organizações universitárias podem ampliar o acesso sem necessariamente deslocar as estruturas simbólicas, epistemológicas e institucionais que produzem a exclusão cotidiana de sujeitos considerados desviantes da corponormatividade (McRuer, 2024). Nesse sentido, a inclusão substantiva não se efetiva apenas pela presença física dos estudantes com deficiência na universidade, mas pela possibilidade concreta de existência, reconhecimento, participação e produção de conhecimento em condições de legitimidade (Zanola, 2024; Pagni, 2025).

A partir desta articulação, compreendo que a inclusão deve estar interconectada com o posicionamento anticapacitista, do contrário continuará reproduzindo segregações, opressões e supressões de direitos de todo um público, não composto somente de pessoas com deficiência, mas de todo sujeito que se encontra distante da corponormatividade e da heteronormatividade. Ou seja, entendemos que o pertencimento e a postura anticapacitista são condições constitutivas da inclusão substantiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que espaços destinados à formação acadêmica, as universidades são organizações que definem critérios de participação, reconhecimento e pertencimento, influenciando diretamente as possibilidades de acesso, permanência e desenvolvimento de seus membros. Neste sentido, destacamos o quão elementar se mostra a manutenção das ações afirmativas, neste caso, a política de cotas, e das políticas de permanência, como a assistência estudantil, no ensino superior público, que se pretende ser um ambiente democrático e plural, representando, pois, a pluralidade do povo brasileiro, principalmente, os grupos historicamente excluídos do lócus universitário.

Reiteramos que a exclusão começou a se modificar com a emergência das políticas de cotas e da assistência estudantil, porém, as pesquisas e estudos sobre o acesso e a permanência das pessoas

com deficiência à educação superior em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas são emergentes e carecem de mais aprofundamento e reflexão diante dos avanços e viradas de concepções advindos do campo de estudos críticos da deficiência. Compreendemos que o acesso, permanência, inclusão e acessibilidade constituem práticas organizacionais por meio das quais a universidade produz reconhecimento, participação e também a exclusão.

Nessa direção, o pertencimento é entendido não como um atributo individual, mas como uma construção organizacional resultante das condições materiais, simbólicas e relacionais produzidas pela instituição. Tal compreensão permite analisar o capacitismo para além das atitudes interpessoais, situando-o como um fenômeno organizacional que se manifesta nas estruturas, normas, culturas, processos decisórios e políticas que regulam a vida universitária. A inclusão substantiva (Zanola, 2024) nos ambientes universitários depende de uma transformação das culturas organizacionais.

Da interconexão entre os ECD, interseccionalidade e EOD surge o seguinte encontro teórico: os ECD oferecem o fundamento para compreender a deficiência como categoria política, a interseccionalidade orienta a análise e a práxis das múltiplas relações de dominação que atravessam essa experiência e o capacitismo institucional constitui o objeto teórico-empírico por meio do qual tais relações são examinadas no contexto do ensino superior. Por isso, a natureza interdisciplinar dos EOD aliada à crescente abertura do campo para investigações voltadas às organizações educacionais, contribuiu para o rompimento do pressuposto de que a inclusão precede automaticamente o sentimento de pertencimento estudantil. Adicionalmente, construir o conhecimento e práticas que transformam os fenômenos sociais, sob a lente interseccional, envolve considerar o sentimento de pertencimento como essencial para o enfrentamento da injustiça social e para se vislumbrar uma universidade anticapacitista.

Responder à pergunta “incluir para pertencer ou pertencer para incluir?” implica reconhecer que o pertencimento não é produto automático da inclusão formal, mas condição fundamental para que a própria inclusão deixe de operar como dispositivo neoliberal de gestão das diferenças e passe a constituir prática efetivamente anticapacitista e emancipatória. Compreender, portanto, que o pertencimento perpassa mais o nível estrutural (organização institucional atravessada pelos sistemas de opressão) que o individual (emocional, de relacionamento interpessoal) pode gerar uma transformação nas formas como o acesso e, principalmente, a permanência são entendidas e construídas.

A permanência estudantil assume protagonismo neste contexto, uma vez que tem recaído sobre ela a responsabilidade de atuar no enfrentamento dos sentimentos de não pertencimento dos estudantes considerados subalternizados (Alvarenga; Joaquim, 2022), dentre eles as pessoas com deficiência. As

políticas de permanência estudantil, em especial a assistência estudantil, configuram-se como um dos pilares para o enfrentamento das desigualdades estruturais que atravessam a experiência universitária. E quando pensadas de forma indissociável ao ensino, à pesquisa e à extensão, ampliam seu potencial de promover uma universidade mais inclusiva e comprometida com a justiça social. Nesse sentido, as interfaces que a transversalidade das políticas de permanência junto ao tripé ensino, pesquisa e extensão constituem uma agenda promissora para pesquisas futuras, especialmente quando imaginamos ambientes universitários anticapacitistas.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior. Organizada pela Universidade Federal de Uberlândia. 2019. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/VPesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3odas-Universidades-Federais-1.pdf. Acesso em: 15 nov. 2019.

BARNES, Colin. The social model of disability: valuable or irrelevant? In: WATSON, N.; ROULSTONE, A.; THOMAS, C. (Orgs.). *The Routledge Handbook of Disability Studies*. London: Routledge, 2012. p. 12-29.

BILGE, Sirma. Intersectionality undone: Saving intersectionality from feminist intersectionality studies1. **Du Bois review: Social science research on race**, v. 10, n. 2, p. 405-424, 2013.
Assistência Estudantil - PNAES.**Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 de jul. 2010. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 23 abr. 2018.

_____. Lei 12711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 de ago. 2012. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 23 abr. 2018.

_____. Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de dez. 2016. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm>. Acesso em: 4 dez. 2025.

_____. Lei 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 de jul. 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14914.htm>. Acesso em: 4 de dez. 2025.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2024*. Brasília: Inep/MEC, 2026.

CAMPBELL, F. A. A produção de incapacidade e capacidade. Springer. 2009.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: Heloisa Buarque de Hollanda (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. 8. reimpr. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024. p. 313-338.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de. *A inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras: um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho*. 2007. Tese (Doutorado em Administração) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda; MARQUES, Antônio Luiz; DE ALMEIDA, Luciana AD. Pessoas com deficiência: comprometimento organizacional, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 2, n. 2, p. 92-105, 2009.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; MARQUES, Antônio Luiz.
Formas de ver as pessoas com deficiência: um estudo empírico do construto de concepções de deficiência em situações de trabalho. *Revista de Administração Mackenzie* (RAM), São Paulo, v. 11, n. 3, Edição Especial, p. 100–129, maio/jun. 2010. ISSN 1678-6971.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; MARQUES, Antônio Luiz; ALMEIDA, Luciana A. D. de. Comprometimento organizacional e qualidade de vida no trabalho para pessoas com e sem deficiência. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 18, n. 1, p. 109-120, jan./abr. 2013.

COLLINS, Patricia Hill. ***Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória.*** Tradução de Bianca Santana. *Parágrafo*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2017. ISSN 2317-4919. Disponível em: http://www.revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi. Acesso em: 27 out. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. ***Interseccionalidade*** / Patricia Hill Collins e Sirma Bilge; tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021. ISBN 978-6557170519

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. Tradução de Bruna Barros. São Paulo: Boitempo, 2022.

CONNOR, David J.; VALLE, Jan. Estudos da Deficiência na Educação: passado, presente e futuro?. **Educação e Realidade**, v. 49, 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo : Boitempo, 2016.

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. **Simpósio internacional de estudos sobre a deficiência**, v. 1, p. 1-14, 2013.

DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007. ISBN 978-85-11-00107-5.

DINIZ, Débora. ***Diálogos dos estudos feministas da deficiência.*** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 857-868, set./dez. 2012.
DOI: 10.1590/S0104-026X2012000300014.

DOLMAGE, J. T. (2017). *Academic ableism: Disability and higher education* (p. 244). University of Michigan Press.

EREVELLES, Nirmala; EREVELLES, Nirmala. **Disability and difference in global contexts: Enabling a transformative body politic**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

FERREIRA, Fábio Vizeu. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de administração de empresas**, v. 50, p. 37-47, 2010.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. "Integrating disability, transforming feminist theory". NWSA Journal, v. 14, n. 3, p. 1-32, set. 2002.

GESSER, M. Gênero, deficiência e a produção de vulnerabilidades. In: VEIGA, A. M.; NICHNIG, C. R.; Wolff C. S.; Zandoná, J. (org.). Mundos de mulheres no Brasil, Curitiba: CRV, 2019, p. 353-361.

GESSER, M. BLOCK, P; MELLO, A.G. ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social / Marivete Gesser, Geisa Letícia Kempfer Böck, Paula Helena Lopes (organizadoras) – Curitiba : CRV, 2020. P. 17-35.

GESSER, Marivete. *Modelo Teóricos da Deficiência e os Impactos na Pesquisa e nas Práticas Sociais relativas à Deficiência*. [Apresentação de slides]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2024. Núcleo de Estudos da Deficiência.

GESSER, M. (2025). Modelos de compreensão da deficiência e suas implicações na atuação profissional em psicologia. In: Marcia Moraes, Marivete Gesser, Nira Kaufman. Psicologia e estudos de deficiência. (pp.66-95). Rio de Janeiro: Via Verita.

GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela. Capacitismo. In: DIOGO, Maria Fernanda (org.). *Diálogos interdisciplinares em Psicologia e Educação*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2024. p. 47-54

GESSER, Marivete. Modelos de Compreensão da Deficiência e suas Implicações na Atuação Profissional junto às Pessoas com Deficiência. [Apresentação de slides].Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2026. Núcleo de Estudos da Deficiência.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. Psicologia & Sociedade, v. 24, p. 557–566, 2012.

HARAWAY, Donna J. "Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX". In: HARAWAY, Donna J.; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Trad. de Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 33-118.

HARAWAY, Donna J. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". Trad. de Mariza Corrêa. Cadernos Pagu, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em: 07/11/2025.

HARDING, Sandra. Rethinking standpoint epistemology: What is "strong objectivity"?. In: **Feminist epistemologies**. Routledge, 2013. p. 49-82.

HURTADO, Sylvia; CARTER, Deborah Faye. Effects of college transition and perceptions of the campus racial climate on Latino college students' sense of belonging. **Sociology of education**, p. 324-345, 1997.

JOHNSON, Royel M. Reframing Belonging in Higher Education: an Intersectional Ecological Model for Research, Policy, and Practice. **Educational Psychology Review**, v. 38, n. 1, p. 1, 2026.

KAFER, Alison. Feminist, queer, crip. Indiana: Indiana University Press, 2013. Versão para Kindle

KAFER, Alison. "Health Rebels: A Crip Manifesto for Social Justice". Conferência ministrada no 21st annual Shepard Symposium on Social Justice - Rebel Health: Wellness Without Borders, em 06/04/ 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YqcOUD1pBKw&t=1902s. Acesso em: 11/ 05/2017.

KITTAY, E. F. (1999). *Love's Labor: Essays on Women, Equality, and Dependency.* New York: Routledge.

KITTAY, E. F. (2011). "The Ethics of Care, Dependence, and Disability." *Ratio Juris*, 24(1), 49–58.

LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: . Acesso em: 14 out. 2025.

LIMA, E. Barcellos; FERREIRA, S. De Mamann; LOPES, P. Helena. INFLUÊNCIAS DA EUGENIA NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA: as produções capacitistas na educação especial. In: Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social / Marivete Gesser, Geisa Letícia Kempfer Böck, Paula Helena Lopes (organizadoras) – Curitiba : CRV, 2020. P. 165-189.

LOPES, P. Helena; SOLVALAGEM, A. Lazaretti; BUSSE, F. G. M. Seixas. EM VISTAS DE COLIGAÇÃO: a interseccionalidade como ferramenta da luta anticapacitista, antirracista e antissexista. In: Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social / Marivete Gesser, Geisa Letícia Kempfer Böck, Paula Helena Lopes (organizadoras) – Curitiba : CRV, 2020. P. 129-141.

MAGNABOSCO, Molise de Bem; SOUZA, Leonardo Lemos de.
***Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero*.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 2, e56147, 2019.
DOI: 10.1590/1806-9584-2019v27n256147.

MARTINS, Bruno Sena; FONTES, Fernando; HESPANHA, Pedro; BERG, Aleksandra.
A emancipação dos estudos da deficiência. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 98, p. 45-64, set. 2012. Disponível em: http://rccs.revues.org/5014. Acesso em: 28 out. 2025.

MCRUER, Robert. *Crip Theory: Cultural Signs of Queerness and Disability*. New York: New York University Press, 2006.

MCRUER, Robert. Teoria Crip: signos culturais entre o queer e a deficiência. **Rio de Janeiro: Papéis Selvagens**, 2024.

MELLO, A. G. Por uma Abordagem Antropológica da Deficiência: pessoa, corpo e subjetividade. 2009. 85 p. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.)

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. Revista Estudos Feministas, v. 20, n. 3, p. 635-655. 2012. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300003

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique; BLOCK, Pamela. **Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo.** In: SCHIMANSKI, E.; CAVALCANTE, F. G. (Orgs.). *Pesquisa e Extensão.* Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. p. 91–118.

PAES DE PAULA, Ana Paula. *Estudos organizacionais críticos e pensadores nacionais*. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 410-413, jul./set. 2015. DOI: 10.1590/1679-395149070.

PAGNI, Pedro Ângelo. Inclusão e filosofias da diferença. Revista Brasileira de Educação Especial, Corumbá, v. 31, e0324, p. 1-16, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0324

ROSA, Mariana Lúcia Agnese Costa e. **Rastros e restos nos interessam: disputas em torno da educação escolar de pessoas com deficiência no Brasil da ascensão neoconservadora (2016-2022)**. 2025. 209 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

ROSA, Mariana Lúcia Agnese Costa e; ANGELUCCI, Carla Biancha. Articulação entre neoliberalismo, conservadorismo e capacitismo na composição das disputas da educação inclusiva. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 27, e025062, 2025. DOI: 10.20396/etd.v27i00.8678777.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Paradigma da inclusão e suas implicações educacionais. In: **Revista fórum**. 2002. p. 9-18.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência. **Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados**, v. 1, n. 1, p. 8-11, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi et al. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Mídia e deficiência. Brasília: andi/Fundação banco do brasil**, p. 160-165, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 58, set./out. 2007, p.20-30.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *As sete dimensões da acessibilidade*. 2. ed. São Paulo: Larvatus Prodeo, 2024.

STEPAN, Nancy Leys. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. In: **A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. 2005. p. 224-224.

TAYLOR, S. Beasts of Burden: Animal and Disability Liberation. New York: The New Press, 2017.

VALLE, Jan W.; CONNOR, David J. **Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola**. AMGH Editora, 2014.

ZANOLA, Fernanda de Aguiar. **Interseccionalidades e carreiras de mulheres negras da cidade de Lavras/MG**. 2024. 237 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2024.